



EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 01 Janeiro-Fevereiro | 2020

Índice

03	CEDUC ministra palestra para os novos membros do Ministério Público.
04	CEDUC participa da formação dos Novos Assessores do Ministério Público.
05	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação – Projeto Saber Melhor.
06	PGJ recebe carta de proposições elaborada por estudantes de Salvador.
07	PROINFÂNCIA – Ações do CEDUC.
08	“Quebra crânio” não é brincadeira!
09	Município de Livramento de Nossa Senhora é acionado para garantir direito à educação de crianças e jovens com deficiência.
10	MP recomenda medidas para regularizar ano letivo de 2,3 mil alunos em Ilhéus.
11	TCU publica acórdão tratando do desvio de função de professores e aplicação de recursos do Fundeb. Precatórios do FUNDEF.
12	Investir em educação para a primeira infância é melhor 'estratégia anticrime.

CEDUC ministra palestra para os novos membros do Ministério Público



Fonte: CEDUC

No dia 21/01/2020, o CEDUC participou da formação dos Novos Promotores de Justiça do Estado da Bahia, por meio do Curso de Adaptação Funcional promovido pelo CEAF. Na oportunidade, foi realizada uma apresentação dialógica a respeito da educação, pelo coordenador do CEDUC Valmiro Macêdo, pela Promotora de Justiça Cíntia Guanaes e pelo pedagogo José Sérgio.

Foram destacados aspectos históricos, os avanços e recuos constantes da educação no cenário nacional. Nessa toada, fez-se referência ao Plano Nacional de Educação (2014/2024) e aos desafios educacionais. Em seguida foi apresentado o CEDUC (conceito, objetivos, atribuições, finalidades e demandas) e os projetos educacionais desenvolvidos pelo CAO, convidando os novos promotores a se somarem na defesa de uma educação inclusiva e de qualidade no território baiano.

CEDUC participa da formação dos Novos Assessores do Ministério Público



Fonte: CEDUC

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, participou no dia 12/02 do ano em curso, da formação dos Novos Assessores técnico-jurídicos de Promotoria, por meio da mesa temática "Criança e Adolescente, Saúde e Educação". Na ocasião, foi realizada uma apresentação dialógica a respeito da educação pelo coordenador do CEDUC, Valmiro Macêdo, abordando alguns temas, tais como: aspectos históricos, avanços e os recuos da Educação no cenário nacional, Plano Nacional de Educação (2014/2024), desafios educacionais na atualidade. Em seguida foi apresentado o CEDUC, destacando suas atribuições, finalidades, demandas e os projetos desenvolvidos na área educacional.

PROJETO SABER MELHOR - INFORMAÇÃO TÉCNICA AOS PROMOTORES DE EDUCAÇÃO

Concebido no bojo da Iniciativa Estratégica constante do Plano de Atuação do MPBA, esse projeto tem como objetivo o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, mormente no tangente à eficiência dos serviços que lhe são afetos.

Para conferir mais efetividade na sua execução, o MPBA firmou parceria com a União do Conselhos Municipais de Educação –UNCME - Seção Bahia, por se tratar de entidade com capacidade de mobilização do conjunto de Conselheiros Municipais de Educação.

Dentre as diversas atividades comuns levadas a cabo pelo MPBA/CEDUC/UNCME, resultou a elaboração da Nota Técnica Conjunta UNCME/CEDUC nº. 01/2018, com base na qual originou a Informação Técnica nº. 22/2019, produzida por este CAO, que, dentro da programação estabelecida, está sendo encaminhada aos Promotores de Justiça da área educacional, com registro individual e específico no sistema IDEIA, por Promotor e Município, para o fim alinhado nos instrumentos supra.

Objetivando a necessária propagação da iniciativa, fora produzido um spot sobre a importância dos CMEs a ser divulgado em rádios de abrangência estadual.

PGJ recebe carta de proposições elaborada por estudantes de Salvador



Uma carta de proposições elaborada por estudantes das redes pública e privada de Salvador durante o 1º Fórum Estudantil pela Cultura da Paz, realizado em outubro de 2019 na sede do Ministério Público estadual, foi entregue à procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado na tarde de hoje, dia 14. A PGJ recebeu em seu gabinete representantes de escolas e estudantes, que falaram sobre a importância de serem ouvidos por uma instituição como o MPBA. As proposições apresentadas por eles foram aprovadas por maioria em sessão plenária do Fórum e visam oferecer elementos para a formatação de políticas públicas e institucionais de enfrentamento às violências, como bullying, e construção da paz nas escolas.

A participação ativa dos estudantes no processo de discussão e construção de propostas foi elogiada pela PGJ, que lembrou que a educação é um importante indutor de transformação social. “Não podemos chegar à educação sem eliminar os problemas capazes de minar toda força que ela tem para exercer esse poder transformador”, ressaltou Lousado, destacando o seu contentamento com o engajamento dos estudantes no projeto. Ediene Lousado agradeceu à promotora de Justiça Cíntia Guanaes pela sensibilidade em trazer à educação temas tão importantes e necessários para a melhoria do ensino no sentido mais amplo possível.



O bullying foi dos principais temas destacados pelos estudantes na carta, que apresenta entre as proposições a criação de um observatório de violência com divulgação anual das estatísticas de bullying em Salvador e no estado da Bahia. Idealizadora do Fórum, a promotora de Justiça Cíntia Guanaes salientou a relevância da participação dos estudantes nos debates e afirmou que o evento foi pensando a partir da intenção do MP em querer sair do gabinete e agir de forma diferente na defesa da educação, indo até as escolas e construindo conjuntamente oportunidades de melhoria. Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), o promotor de Justiça Valmiro Macedo também participou da reunião desta sexta-feira.

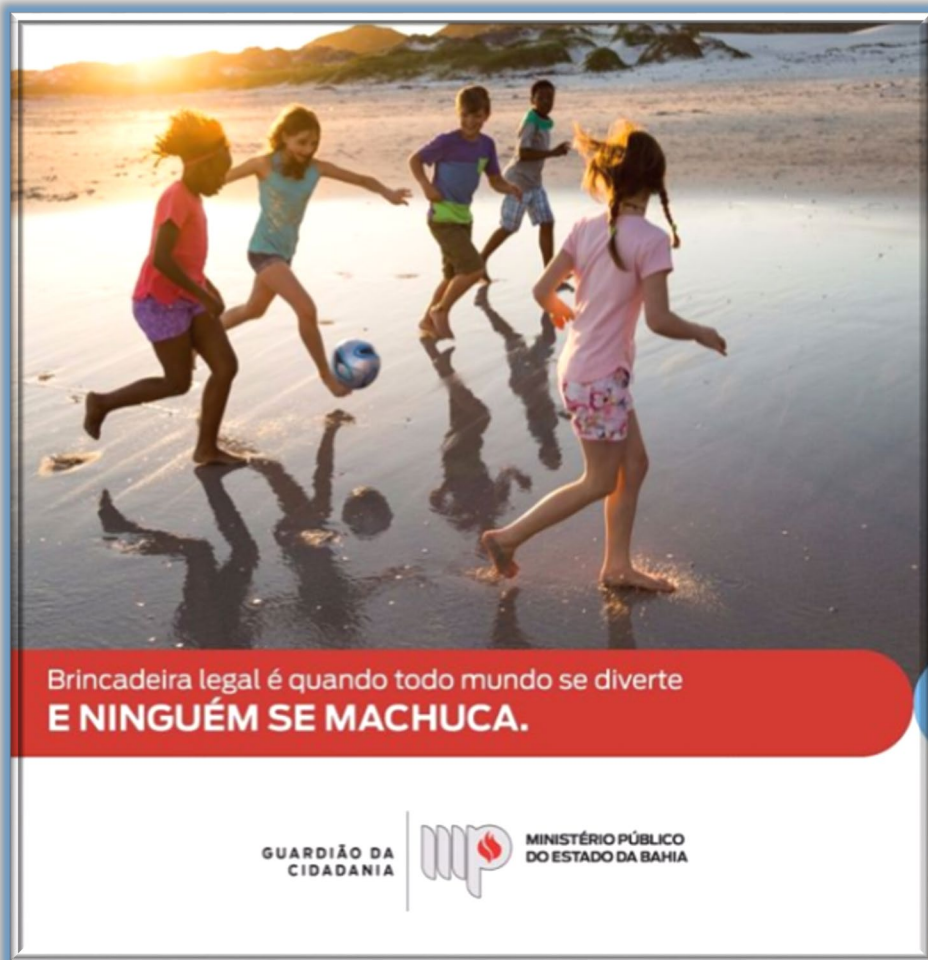


PROINFÂNCIA – Ações do CEDUC



Após concluir a remessa de material relacionado ao [Programa PROINFÂNCIA](#), que trata da aplicação dos recursos destinados à aquisição de equipamentos e construção de creches e pré-escolas, o CEDUC apresentou à Procuradora Geral de Justiça a [Recomendação nº 001/2020](#) que restou expedida na data de 19 de fevereiro de 2020, sugerindo aos Promotores de Justiça de defesa da educação a adoção de providências apontadas no respectivo instrumento. **Vide link.**

“Quebra crânio” não é brincadeira!



Não é uma brincadeira o que está circulando recentemente nas redes sociais. O chamado “quebra-crânio”, em que dois adolescentes derrubam um colega, na verdade, pode ser considerado uma conduta ilegal. Caso os autores sejam adolescentes, eles podem responder por ato infracional análogo ao crime de lesão corporal ou mesmo de homicídio, a depender do resultado. Os pais devem ficar atentos e alertar seus filhos sobre as consequências legais e, principalmente, sobre os perigos à saúde decorrentes dessa prática (Fonte: Cecom – Publicidade).

A respeito do assunto, o CEDUC, após tomar conhecimento das graves ocorrências similares que estariam ocorrendo em estabelecimentos escolares de Salvador, encaminhou, por meio de distribuição ao GEDUC, os vídeos com registros das estúpidas “brincadeiras” praticadas pelos estudantes, para o fim de adoção das providências que a situação requer.

Município de Livramento de Nossa Senhora é acionado para garantir direito à educação de crianças e jovens com deficiência

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o Município de Livramento de Nossa Senhora para garantir a oferta de profissionais de apoio para crianças e jovens com deficiência na forma prevista na Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13246/2015, nas escolas públicas locais. Na ação, o MP, por meio do promotor de Justiça Ruano Fernando Leite, requer que a Justiça determine que o Município ofereça, a partir do primeiro dia de aula, a todos os alunos da rede municipal de ensino diagnosticados com deficiência, o técnico de educação inclusiva adequado às suas peculiaridades, principalmente instrutor, tradutor, intérprete educacional de libras/português e profissional de apoio escolar.

Além disso, o MP requer que o Município faça a busca ativa das crianças e adolescentes que não estejam matriculados ou frequentando a escola, notadamente daqueles diagnosticados com deficiência, promovendo as ações necessárias de incentivo à matrícula, participação, aprendizagem e permanência na escola; elabore, no prazo de 20 dias, a partir da matrícula, o plano de atendimento educacional especializado de todos os estudantes com deficiência do ensino municipal; e apresente, no prazo de 30 dias, o projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, bem como um plano de gestão, que assegure a oferta dos aludidos profissionais de forma contínua. “Alguns alunos já deixaram de frequentar as escolas em virtude da falta de oferta do apoio necessário. Além disso, o ano letivo encontra-se na iminência de iniciar-se, devendo ser empreendidos os esforços necessários no sentido de garantir que os alunos não percam o início das aulas”, afirmou o promotor de Justiça.

Redator: Milena Miranda - Jornalista DRT Ba 2510

Inspeção constatou escolas sem aula em razão de reformas



O Ministério Público estadual expediu hoje, dia 3, recomendação ([acesse aqui](#)) ao prefeito de Ilhéus, Mário Alexandre, e à Secretaria Municipal de Educação, para que sejam adotadas medidas que assegurem, até no máximo a próxima segunda-feira, 10, o início das aulas para os alunos das escolas Heitor Dias, Paulo Freire, Instituto Municipal Eusínio Lavigne (IME) e Escola Nucleada do Santo Antônio.

Segundo a promotora de Justiça Mayanna Ferreira Ribeiro, os 2,3 mil estudantes dessas unidades de ensino estão com a regularidade das aulas prejudicada, em razão de reformas programadas com atraso e da falta de planejamento para transferência dos alunos para outros locais durante o período de obras. “As informações prestadas, desde o dia 6 fevereiro, data indicada no calendário oficial para início do ano letivo, foram desconstruídas sobre a conclusão das obras de reformas e o deslocamento dos alunos para outros prédios”, afirmou. Em inspeção realizada ontem, dia 2, pela promotora e os servidores Leonardo Sampaio e Cristiana Vivas, foi constatado que não foram iniciadas as aulas no IME (600 alunos) e na Paulo Freire (200). Nesta última escola a reforma sequer começou e no IME teve início apenas no último dia 22 de janeiro, segundo informa a placa presente no edifício.



Conforme Mayanna Ribeiro, os prédios das duas unidades escolares estão interditados, respectivamente, desde agosto de 2019 e novembro de 2018. Ela destaca que a necessidade das reformas em todas as escolas, com planejamento que não prejudicasse o ano letivo de 2020, foram discutidas em reuniões promovidas pelo MP com representantes da prefeitura, como parte de um procedimento administrativo que apura as condições estruturais da rede pública escolar municipal. Segundo a promotora de Justiça, os prazos indicados nas placas encontradas nas escolas durante a vistoria divergem daqueles informados pela secretária municipal de educação e pelo superintendente de obras em reunião realizada no último dia 18 de fevereiro.

“As reformas só foram iniciadas no período de início do ano letivo, mesmo já tendo sido constatada a necessidade ao longo das visitas realizadas em 2019 para instruir procedimento administrativo que tem por objeto o acompanhamento das condições estruturais das escolas públicas municipais”, afirmou a promotora. Ela apontou que houve lentidão no processo licitatório e falta de planejamento para a realização das reformas.

Redator: George Brito (DRT-BA 2927)

TCU publica acórdão tratando do desvio de função de professores e aplicação de recursos do FUNDEB.

Acórdão do TCU, enviado pela COPEDUC, com o objetivo de avaliar a ocorrência de desvio de função de profissionais do magistério da educação básica e a irregular aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na remuneração desses profissionais. [LEIA NA ÍNTEGRA.](#)

Precatórios do FUNDEF

Está pautada para o dia 06/03 no STF, o julgamento da ADPF 528, que ataca o acórdão do TCU que veda pagamento de abono ao magistério com os recursos do precatório FUNDEF. [LEIA NA ÍNTEGRA.](#)

Investir em educação para a primeira infância é melhor 'estratégia anticrime', diz Nobel de Economia

James Heckman já era vencedor do Nobel de Economia quando começou a se dedicar ao assunto pelo qual passaria a ser realmente conhecido: a [primeira infância \(de 0 a 5 anos de idade\)](#), sua relação com a desigualdade social e o potencial que há nessa fase da vida para mudanças que possam tirar pessoas da pobreza.

Em grande parte por causa de seus estudos, o assunto tem ganhado mais atenção nos últimos anos. Heckman concluiu que o investimento na primeira infância é uma estratégia eficaz para o crescimento econômico. Ele calcula que o retorno financeiro para cada dólar gasto é dos mais altos.

Isso porque, na etapa entre o nascimento e os cinco anos de idade, o cérebro se desenvolve rapidamente e é mais maleável. Assim, é mais fácil incentivar habilidades cognitivas e de personalidade - atenção, motivação, autocontrole e sociabilidade - necessárias para o sucesso na escola, saúde, carreira e na vida.

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)

Fonte: por [BBC NEWS BRASIL](#) Luiza Franco

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Ediene Santos Lousado

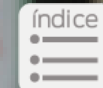
CEDUC
Coordenador
Valmiro Santos Macêdo

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabete Alves Silva Ferreira
Fabiola Pimentel Diógenes Letier de Almeida
José Sergio Gomes da Silva
Simone Ribeiro Silva Ribeiro
Rafael Augusto Mansur Góes

Organização e Produção do Boletim
Elizabete Alves Silva Ferreira
José Sérgio Gomes da Silva

Revisora
Fabiola Pimentel Diógenes Letier de Almeida

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui